

1

VIDA E OBRAS



O pensamento filosófico de Immanuel Kant marca a divisão entre os dois períodos mais importantes da história da filosofia moderna. Retrospectivamente, a filosofia kantiana foi a última grande tentativa de resolver os problemas dos quais se ocuparam os filósofos nos séculos XVII e XVIII. Isso incluía providenciar uma fundamentação filosófica para a nova ciência, desenvolvendo a relação dessa nova visão sobre a natureza com a concepção tradicional da metafísica, da moralidade e da religião, bem como definindo os limites de nossas capacidades para conhecer a realidade natural e sobrenatural. Ao mesmo tempo, prospectivamente, Kant redefiniu a agenda filosófica do início da era moderna, determinando os problemas que os séculos XIX e XX tiveram de enfrentar. Ele mudou o verdadeiro significado de “metafísica” ou “filosofia primeira”, de um estudo de primeira ordem do reino dos seres incorpóreos ou sobrenaturais, para um estudo de segunda ordem do modo como a própria investigação humana torna possível seu acesso a qualquer objeto que estuda. Ele chamou a atenção para o modo como as teorias científicas e investigações científicas são formadas pela teorização criativa dos seres humanos como investigadores da natureza e para o modo como a atividade da ciência relaciona-se com outras atividades humanas.

Movimentos tão diversos como o idealismo especulativo, o positivismo lógico, a fenomenologia e o pragmatismo têm seus fundamentos na assim chamada “revolução copernicana” da filosofia crítica de Kant. Ele revolucionou os fundamentos filosóficos da ética, mudando-a de uma ciência dirigida à busca de um bem previamente dado ou do estudo do modo como as ações humanas e as avaliações são controladas pelos sentimentos naturais para uma investigação do modo como os agentes livres governam suas próprias vidas de acordo com princípios racionais auto-impostos.

Kant fez tudo isso, em parte, por causa da extraordinária amplitude de sua curiosidade e simpatia intelectuais. Ele começou a estudar filosofia

devido a um interesse pelas ciências físicas: os seus primeiros escritos foram contribuições para a física, química, astronomia e geologia de seu tempo. Durante toda a sua vida, acompanhou os progressos nas ciências da natureza: no final dos seus 70 anos, por exemplo, ele se interessou pela revolução de Lavoisier na química, pedindo que experimentos cruciais fossem repetidos em Königsberg por um professor de medicina. Kant é normalmente visto como o fundador da disciplina de geografia física, uma matéria que lecionou repetidamente durante a sua carreira universitária. Leitor ávido de narrativas concernentes a povos distantes e culturas estrangeiras, ele reconceitualizou o estudo da antropologia em preleções sobre o assunto, popularmente acessíveis durante 25 anos (este foi o curso de Kant mais freqüentado e o curso universitário mais assistido). Como poderemos ver neste livro, o empreendimento filosófico kantiano abrangeu não só a fundamentação do conhecimento científico e dos valores morais, mas incluiu também desenvolvimentos revolucionários na história da estética e da filosofia da história. Durante a última década de sua vida, Kant dedicou seu trabalho filosófico a redefinir a relação da razão com a religião e revolucionou a teoria das relações internacionais ao propor que as relações permanentes entre os Estados deveriam ser de uma paz juridicamente ordenada, em vez de uma hostilidade incipiente e uma eterna preparação para a guerra.

As realizações de Kant deveram-se ainda ao fato de que ele representou muito bem o espírito crítico do Esclarecimento do século XVIII. Trata-se de um espírito de radical questionamento e auto-reflexão, que exige de toda atividade humana que possa justificar-se ante o tribunal da razão. Kant aplicou esse espírito em cada área da vida: às ciências, à crítica estética, à moralidade, à política e acima de tudo à religião. Sua posição em cada área da filosofia é difícil de classificar-se em categorias habituais (tais como “racionalismo” e “empirismo”) porque representa ao mesmo tempo a síntese de posições passadas e a redefinição fundamental das matérias que fundamentam a oposição entre as escolas tradicionais de pensamento. Na teoria do conhecimento, Kant é um racionalista, mas limita o conhecimento humano ao que pode ser dado pela experiência. Na ética, ele considera os seres humanos subordinados a uma lei moral que vincula absolutamente, mas sustenta que a única autoridade possível de tal lei é aquela da própria vontade racional. Na estética, ele considera os juízos de gosto como inteiramente subjetivos e não-cognitivos, mas defende a posição de que eles têm uma validade universal tão estrita quanto aquela da ciência ou da moral. Na religião, ele considera a nossa própria razão como a única autoridade final, mas nega que o conhecimento abra espaço para a fé.

Como o próprio Esclarecimento, a filosofia de Kant gera uma desorientada variedade de pensadores e movimentos que pretendem ser seus herdeiros ou alternativamente, ou ao mesmo tempo, expor e corrigir seus

erros. A história da disputa sobre o legado de Kant e a luta para transcender o seu ponto de vista equivalem à história intelectual de todo o século XIX e XX. Esses mesmos conflitos prometem caracterizar o futuro do mesmo modo, pelo que podemos antever agora e para além disso.

O objetivo deste livro é expor a filosofia de Kant. Porém, este primeiro capítulo pretende resumir a vida do homem ao qual essa filosofia pertenceu.

PANO DE FUNDO E INFÂNCIA

Kant nasceu em 22 de abril de 1724 em Königsberg, leste da Prússia, um porto localizado onde o Rio Pregel escoia no Mar Báltico. Nessa época, a cidade era um isolado posto avançado a leste da cultura germânica (ainda que ocupado por tropas russas por muitos anos durante a vida de Kant). A maior parte da cidade foi arrasada pelos bombardeios britânicos e americanos ou pela artilharia soviética antes de sua invasão pelo exército soviético em 1945. Depois da guerra, a cidade sofreu faxina ética de sua população germânica e foi renomeada como Kaliningrad (por um completo e odioso fiel stalinista) e tornou-se o que ela ainda é, um posto avançado da cultura russa a oeste. Por quase 40 anos do século XX, como quartel general da frota soviética do Báltico, ela foi inteiramente fechada aos estrangeiros e também à maioria dos russos.

A catedral luterana, na qual Kant se recusou por princípio a prestar serviço religioso, permaneceu fora da ruína dos bombardeios até a era Gorbachev, mas foi significativamente reconstruída e renovada durante os anos de 1990. Na época de Kant, o maior prédio da universidade (não mais existente) estava localizado perto da catedral. A própria catedral continha a biblioteca universitária onde ele estudava freqüentemente e trabalhou como bibliotecário por algum tempo. O túmulo de Kant, localizado apropriadamente *fora*, ao lado da catedral (e à esquerda do altar), traz marcas de balas de metralhadora da época da guerra, mas permanece em grande parte intacto (nunca precisou ser reconstruído). Ele escapou da demolição pelas bombas aliadas, segundo boatos, porque um general soviético (com uma educação maior do que a média) ordenou que o túmulo (juntamente com uma estátua de Schiller que ainda está em pé em algum lugar da cidade) deveria ser poupado da destruição quando suas tropas estavam triunfalmente descarregando seu ódio sobre o resto de Königsberg. Desde a guerra, a nova população russa de Kaliningrad mantém o túmulo constantemente adornado com flores. Até os dias atuais, é visitado habitualmente por recém-casados. Aparentemente, o austero filósofo racionalista Immanuel Kant – luterano por formação, mas em sua maturidade sempre profundamente desconfiado da superstição religiosa popular em todas as

suas formas – foi a imitação mais próxima de um santo ortodoxo local que essa velha cidade teve para a nova população venerar.

A Königsberg do século XVIII estava conectada ao restante do mundo através de seu acesso ao mar e ostentava uma rica e curiosa cultura intelectual variada. Não obstante, seria inimaginável que de tal lugar se pudesse esperar a maior revolução na filosofia moderna. Nem que seria Immanuel Kant, julgando a partir de sua família e de suas origens sociais, o tipo de pessoa da qual se tivesse podido esperar tal feito. Ele foi o segundo filho e o sexto de nove crianças, filho de Johann Georg Kant, um humilde seleiro (ou trabalhador do couro) de ganhos muito modestos, e de Anna Regina Reuter, filha de um membro da mesma guilda de seleiros. Kant pensava que sua família tivesse vindo da Escócia (e que o sobrenome fosse escrito “Cant”). Ele se orgulhava de reivindicar uma herança que poderia afiliá-lo a homens que admirava muito, como era o caso de Francis Hutcheson, David Hume, Lord Kame e Adam Smith. Pesquisas mais recentes mostraram, contudo, que desafortunadamente ele estava enganado sobre esse ponto de sua genealogia, provavelmente iludido pelo fato de que mais de um de seus grandes tios casou-se com esposas recém-imigradas da Escócia. Os ancestrais de Kant, tanto quanto se possa identificá-los, foram inteiramente de origem germânica. A família de seu pai veio de Tilsit.

Os pais de Kant foram devotos pietistas. O pietismo foi um movimento de revitalização que ocorreu no século XVII e que teve um grande impacto na cultura germânica por todo o século XVIII. Ele é comparável a outros movimentos religiosos contemporâneos, tais como os *quakers* ou os metodistas na Inglaterra ou o chassidismo entre os judeus da Europa central. O pastor da família de Kant, Franz Albert Schulz, era também reitor do recém-fundado *Collegium Fredericianum*. Percebendo sinais de excepcional inteligência no humilde segundo filho da família Kant, arranhou-lhe uma oportunidade educacional que certamente era rara para a classe social de seus pais. No *Fredericianum*, Kant aprendeu latim e o suficiente para ingressar na universidade aos 16 anos. No entanto, ele julgou a atmosfera de zelo religioso exagerado, sobretudo a tirania intelectual do catecismo, insuportavelmente sufocante para a mente e o espírito.

No decurso de um breve tratado de meteorologia, ele ao final escreveu sobre os catecismos que “na nossa infância nós memorizamos até o último fiapo e acreditamos tê-los entendido, mas quanto mais velhos e mais reflexivos nos tornamos, menos entendemos deles e, dessa forma, mereceríamos ser enviados de volta à escola mais uma vez, mas somente se pudéssemos encontrar lá (além de nós próprios) quem o tivesse compreendido melhor” (AA 8:323).

Tentativas são freqüentemente feitas para identificar influências pietistas no pensamento kantiano moral e religioso. Contudo, virtualmente

todas as referências explícitas ao pietismo em seus escritos ou preleções foram francamente hostis. Ele normalmente identificava o pietismo ou com o espírito de um estrito sectarismo na religião, ou com uma autodesprezada letargia moral que não faz nada para melhorar o próprio eu ou o mundo, mas espera passivamente que a graça divina faça tudo. Talvez sua mais branda observação seja uma que define o “pietista” como alguém que “insipidamente torna a idéia da religião dominante em toda conversação e discurso” (AA 27:23). A filosofia kantiana foi, por isso, vista com hostilidade pela maioria dos pietistas influentes em Königsberg.

Foi no ano de 1740 que Kant ingressou na universidade. No mesmo ano, Frederico, o Grande, tornou-se rei da Prússia. Essa data foi significativa na vida intelectual da Alemanha, pois um dos primeiros atos de Frederico foi chamar Christian Wolff do exílio em Marburg para o seu cargo de professor na Universidade de Halle, dando, assim, apoio simbólico ao movimento intelectual conhecido como *Aufklärung* (Esclarecimento) do qual Wolff foi considerado o pai. Dezessete anos antes, ele fora sumariamente exilado pelo pai de Frederico, Frederico Wilhelm I, dos territórios da Prússia sob a influência dos pietistas da corte prussiana. Eles contestaram o modo como o Esclarecimento tinha feito das universidades alemãs lugares de raciocínio escolástico estrito, em vez de lugares de inspiração religiosa e exortação moral. Eles também consideravam questionável a fascinação de Wolff pelo pensamento “pagão” (ele foi, na verdade, um dos primeiros europeus a empreender um estudo filosófico dos escritos de Confúcio, o qual foi tratado por ele com um espírito alarmanamente simpático). Os pietistas também ficaram horrorizados com algumas de suas doutrinas filosóficas, como a de que a vontade humana está sujeita à determinação causal sob o princípio de razão suficiente (ainda que Wolff não negasse a liberdade da vontade, embora fosse o que agora podemos chamar de “compatibilista” ou “determinista fraco”). A luta entre wolffianos e pietistas nas universidades e na vida intelectual em geral foi decisiva para o desenvolvimento intelectual no qual Kant viveu.

INÍCIO DA CARREIRA ACADÊMICA

O primeiro estudo de Kant na universidade foi de literatura latina, o que deixou suas marcas em numerosas citações dos poetas latinos que constituem quase os únicos adornos literários dos escritos filosóficos de Kant. Porém, cedo ele ficou sob a influência daqueles que ensinavam matemática, metafísica e ciências da natureza na universidade. O mais conhecido destes foi Martin Knutzen (1713-1751), cuja morte prematura – especula-se às vezes – privou-o de uma influência filosófica que foi depois

exercida pelo seu mais famoso estudante. Knutzen é algumas vezes descrito como um wolffiano, mas ele era mais um pietista crítico de Wolff do que seu adepto. Ademais, é no melhor dos casos uma simplificação pensar em Kant como um “estudante de Knutzen” por uma razão: os talentos de Kant foram, aparentemente, não muito apreciados por Knutzen. Ele nunca considerou Kant como um de seus melhores alunos, e esse desafortunado fato foi amplamente responsável pelo que, com a percepção tardia do que deveria ter sido feito, nós vemos agora como o extraordinariamente lento desenvolvimento da carreira acadêmica de Kant. Além disso, a dissertação de licenciatura de Kant foi completada em 1746, sob a orientação de Johann Gottfried Teske (1704-1772). Isso torna mais preciso descrever Kant como um “aluno de Teske”, ainda que este fosse um cientista da natureza com poucos interesses filosóficos óbvios. A própria dissertação foi em grande parte uma elaboração das pesquisas de Teske sobre combustão e eletricidade. De fato, todos os escritos que Kant publicou antes dos 30 anos foram em ciências naturais, sobre tópicos da física leibniziana, astronomia, geologia e química.

Kant deixou a universidade em 1744, aos 20 anos, para ganhar a vida como tutor particular, o que ele fez pela década seguinte em várias casas no leste da Prússia. O mais influente de seus empregadores foi o Conde von Keyserling. Mesmo nos últimos anos, ele manteve relações sociais com essa família, especialmente com a condessa. Kant foi duas vezes noivo, mas em ambas as vezes adiou o casamento sob o argumento de que não era financeiramente solvente o bastante para sustentar uma família e em ambas as vezes sua noiva cansou-se de esperar e desposou outra pessoa. No tempo em que ele estava em condições financeiras para casar, tinha passado a apreciar – provavelmente sob a influência de seu amigo Joseph Green – a independência da vida de solteiro e resolveu viver sem esposa ou família.

Kant retornou à vida universitária em 1755, quando recebeu os graus de mestre e doutor em Filosofia e obteve o cargo de livre-docente (*Privatdozent*). Isso significa que ele foi licenciado para ensinar na universidade, mas não lhe era pago salário, de tal forma que ele tinha que ganhar para viver das espórtulas que os alunos pagavam por suas preleções. Uma vez que o seu sustento dependia daquilo que os alunos queriam aprender, ele se viu na contingência de ensinar não somente lógica, metafísica, ética, teologia natural e ciências da natureza, incluindo física, química e geografia física, mas também questões práticas relacionadas a elas, como fortificação militar e pirotecnia. Por um tempo considerável, Kant devotou a maior parte de seu labor intelectual a questões das ciências da natureza: física matemática, química, astronomia e a disciplina de “geografia física” (da qual ele é hoje considerado o fundador), que nós podemos agora chamar de “ciências da terra”. Esse trabalho culminou na *História geral da*

natureza e teoria do céu (1755). Nesse ensaio, Kant foi o primeiro a propor a hipótese nebulosa da origem do sistema solar. No entanto, o fracasso financeiro de seu editor teve o efeito de quase suprimir completamente a obra, sendo que ela permaneceu desconhecida por muitos anos até que Laplace aventou essencialmente a mesma hipótese com maior elaboração matemática.

No mesmo ano, contudo, Kant também começou a se engajar em reflexões filosóficas críticas sobre os fundamentos do conhecimento e os primeiros princípios da metafísica wolffiana no tratado *Nova elucidação dos princípios primeiros do conhecimento metafísico*, no qual ele submete argumentos e proposições centrais da metafísica e da teoria do conhecimento de Wolff a exame crítico e no qual se encontram as primeiras proposições de alguns dos pensamentos característicos de Kant sobre tópicos como a causalidade, a relação mente-corpo e as tradicionais provas metafísicas da existência de Deus.

Muitos anos mais tarde, no prefácio aos *Prolegômenos a toda metafísica futura* (1783), Kant afirmou que foi a lembrança de David Hume que o despertou de seu “sono dogmático”. Há literatura na Alemanha que busca (até desesperadamente a meu juízo) dar alguma forma de substância biográfica a essa observação.¹ De modo muito mais plausível, Kant pretendeu com essa observação convidar sua platéia (considerando que esta havia aprendido filosofia wolffiana) a encontrar o próprio caminho para a sua filosofia crítica através da reflexão sobre os desafios céticos de Hume. A justaposição entre o ceticismo humeano e o dogmatismo wolffiano pode ter sido um impulso para Kant levantar a questão fundamental da possibilidade da metafísica e é, certamente, indicativo da sua permanente admiração pela filosofia humeana. Contudo, é mais desafortunado que tal observação tenha sido tomada como uma referência autobiográfica confiável sobre o seu desenvolvimento filosófico. Quando ela é interpretada para dizer que Kant começou como um metafísico wolffiano clássico, somente para ser despertado do racionalismo complacente pelas dúvidas céticas de Hume, tal observação simplesmente não corresponde a todos os fatos da vida intelectual de Kant. Um estudioso do desenvolvimento da filosofia de Kant verá que ele era, desde o princípio, um crítico de alguns dos mais básicos princípios da metafísica wolffiana. Nunca houve um “sono dogmático” do qual despertar. O longo caminho do desenvolvimento de Kant em direção à posição da *Crítica da razão pura* (e, muito mais significativamente, além dela) foi sempre uma incansável procura interrompida apenas pela decrepitude do final da vida e pela morte. Os seus primeiros pontos de partida, em 1755, já eram consideravelmente distantes do “dogmatismo” de Wolff.

Uma platéia filosófica maior foi primeiramente atraída pelos escritos de Kant de 1762, quando ele entrou em uma competição que premiaria

um ensaio sobre os fundamentos da metafísica. Moses Mendelssohn ganhou o prêmio, mas o ensaio de Kant, intitulado *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*, publicado em 1764, juntamente com o ensaio vencedor de Mendelssohn, recebeu notáveis elogios deste (em relação a quem Kant sempre manteve mútua admiração e respeito).

O interesse de Kant por filosofia moral desenvolveu-se relativamente tarde. Por ocasião do prêmio, assim como em suas primeiras preleções sobre ética, ele pareceu ter sido atraído pela teoria do senso moral de Francis Hutcheson. Porém, logo se convenceu de que uma teoria baseada em sentimentos era inadequada para captar a validade universal e a incondicional vinculação da lei moral que freqüentemente desafia e domina desejos e sentimentos humanos corrompidos. Seu pensamento sobre ética foi drasticamente modificado por volta de 1762 pela sua familiaridade com os escritos recém-publicados de Jean-Jacques Rousseau, *O Emílio ou da educação* e *O contrato social*. O pietismo já o ensinara a acreditar na igualdade de todos os seres humanos como filhos de Deus e na igreja universal, incluindo o sacerdócio de todos os crentes, a ser buscada como um ideal moral em um mundo corrompido pela divisão espiritual e injusta desigualdade. Essas convicções agora tomaram a forma mais racionalista da visão de Rousseau dos seres humanos, livres e iguais por natureza, os quais se encontram em um mundo social não-livre, onde os pobres e os fracos são oprimidos pelos ricos e poderosos. Logo, Kant começava definindo sua própria posição ética pela ênfase na soberania da razão, associando sua filosofia moral com o título de “metafísica dos costumes”. Não obstante, foram mais de 20 anos até que a teoria moral kantiana chegasse à maturidade. Enquanto isso, a tarefa à qual ele dedicou seu principal esforço foi aquela de reformar os fundamentos das ciências e descobrir a relação adequada entre ciência empírica e as pretensões do conhecimento *a priori* ou metafísico.

O amigo mais próximo de Kant durante sua juventude foi Johann Daniel Funk (1721-1764), professor de direito que levou uma vida licenciada e morreu ainda jovem. Como seu amigo Funk (e contrariamente à grosseira imagem tradicional distorcida dele), Kant foi sempre um homem gregário, descrito por aqueles que o conheceram como charmoso, espirituoso e galante. Comparado com Funk, no entanto, ele era muito mais controlado e prudente. Sua sociabilidade incluía regular jogo de cartas e de bilhar, que ele fazia com notável astúcia e habilidade. Os ganhos de Kant com isso freqüentemente completavam seu minguado salário na universidade. Após a morte de Funk, Kant estabeleceu sua mais longa e íntima amizade com um negociante inglês, chamado Joseph Green (1727-1786). Green foi um solteiro excêntrico e um homem de hábitos austeros e regulares. Foi provavelmente sob a sua influência que Kant adquiriu muitas das

características (muitas vezes altamente distorcidas) pertencentes à imagem que se formou dele mais tarde. Desde muito cedo, Kant investiu sua poupança na especulação da empresa mercantil Green & Motherby, o que foi suficientemente proveitoso para propiciar-lhe uma fortuna confortável ao tempo em que ele obteve o cargo de professor em 1770.

GÊNESE DA FILOSOFIA CRÍTICA

O lento desenvolvimento da carreira acadêmica de Kant corresponde ao longo período de gestação do sistema de seus pensamentos pelos quais mais o lembramos hoje. O cargo de professor em lógica e metafísica foi aberto na Universidade de Königsberg em 1756 e 1758, mas Kant nem mesmo se inscreveu para a primeira e, devido a suas qualificações bastante limitadas, foi regularmente deixado em segundo lugar. Após o reconhecimento recebido de Mendelssohn e da Academia da Prússia, foi-lhe oferecida a vaga de professor de poesia na universidade em 1764, mas ele declinou porque queria continuar dedicando-se às ciências da natureza e à filosofia. Em 1766, aceitou um cargo de bibliotecário substituto na universidade que o agraciou com o primeiro salário acadêmico regular. Declinou dessa oportunidade para assumir a vaga de professor em 1769, primeiro em Erlangen e depois em Jena, principalmente por sua relutância em deixar a Prússia do leste, mas também porque esperava que a vaga de professor de lógica em Königsberg pudesse estar disponível a ele no ano seguinte. Nos anos subseqüentes, Kant teve outras oportunidades (por exemplo, foi-lhe oferecida uma vaga de professor em Halle em 1778), mas optou por nunca deixar Königsberg. Assim como Beethoven, o mais revolucionário dos compositores, escreveu algumas de suas músicas mais originais depois de estar totalmente surdo, assim Kant, o mais cosmopolita dos filósofos, viveu em uma província isolada da Europa do nordeste e nunca viajou mais do que trinta milhas do lugar de seu nascimento.

Ele escreveu a dissertação inaugural, *Sobre as formas e os princípios do mundo sensível e inteligível*, em latim, ao assumir sua vaga de professor em Königsberg. Com ela deu vários passos em direção ao que podemos agora ver como tendo-o levado finalmente à filosofia crítica dos anos de 1780 e 1790. Por volta de 1772, Kant disse a seu amigo e ex-aluno, Marcus Herz, que estava trabalhando em um grande tratado filosófico, a ser chamado de *Limites da sensibilidade e da razão*, que ele esperava terminar em um ano. No entanto, levou mais de uma década até que Kant publicasse a *Crítica da razão pura*. Durante os anos de 1770, escreveu e publicou muito pouco. Apesar de ter galgado à vaga de professor, Kant continuou a viver em quartos mobiliados em uma ilha no Rio Pregel, na qual se situava o

prédio da universidade e da catedral que abrigava a biblioteca. Seriam mais 13 anos antes que ele pudesse comprar uma casa para si.

Contudo, logo no início dessa “década silenciosa”, Kant começou a lecionar a matéria de “antropologia”, estimulado (ou provocado) pela *Antropologia para médicos e filósofos*, de Ernst Platner (1772). Kant rejeitou o reducionismo “fisiológico” de Platner em favor de uma posição que enfatizou a experiência prática da interação humana e da historicidade de os seres humanos. Ainda que Kant sempre fosse profundamente cético da capacidade de os seres humanos obterem algo como um conhecimento científico de sua natureza e estivesse profundamente insatisfeito com todo o estado do estudo da natureza humana até então, buscava uma futura revolução científica nessa área de estudo (que ele próprio não pretendia estar habilitado a realizar). Lecionou antropologia em um estilo popular pelos 25 anos seguintes. Essas preleções foram as mais freqüentemente ministradas e uma das mais assistidas durante a sua carreira de professor. As idéias de Kant sobre antropologia exerceram uma poderosa, mas sutil, influência no seu tratamento da epistemologia, da filosofia da mente, da ética, da estética e da filosofia da história. Porém, é uma influência difícil de acessar porque Kant nunca articulou uma teoria sistemática da antropologia, e seus escritos publicados sobre o assunto limitaram-se a um texto popular derivado de suas preleções, a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), publicado ao final de sua carreira de professor.

A *Crítica da razão pura* foi finalmente publicada na primavera de 1781 (menos de um mês antes do 57º aniversário de Kant). Embora tenha dedicado seu trabalho a ela para uma conclusão verdadeiramente rápida, no espaço de quatro meses em 1779-1780, esse livro esteve em preparação por aproximadamente 10 anos. Conta-se que Kant leu cada sentença desse livro a Green, cuja opinião, mesmo em matérias filosóficas, ele considerava muito. Assim que a *Crítica* foi publicada, a originalidade evidente dos pensamentos nela contidos e a dificuldade de sua luta para finalizá-la levaram Kant a esperar que a obra atraísse atenção imediata, ao menos entre os filósofos. Conseqüentemente, desapontou-se pela fria e incompreendida recepção que ela recebeu inicialmente. No primeiro ou no segundo ano, Kant recebeu somente um silêncio desconcertante daqueles de quem mais esperava que dessem uma acolhida simpática.

Kant considerou simplesmente frustrante a resenha da *Crítica* publicada nas *Göttingen gelehrte Nachrichten* em janeiro de 1782. Ela foi ostensivamente escrita por Christian Garve (um homem que Kant respeitava), mas foi pesadamente revisada pelo editor do jornal, J. G. Feder, um filósofo do Esclarecimento, simpático a Locke, que tinha pouca paciência para a metafísica em qualquer forma e não tinha simpatia alguma pelos projetos abstrusos nos quais Kant estava envolvido. A resenha interpretou o idealismo transcendental de Kant como nada mais do que uma variante do idea-

lismo de Berkeley – uma redução do mundo real a representações subjetivas, baseada em uma elementar confusão entre os estados mentais e seus objetos. A resenha, juntamente com uma incompreensão evidente da *Crítica* pela maior parte dos seus primeiros leitores, levou-o à tentativa de uma apresentação mais acessível de suas idéias nos *Prolegômenos a toda metafísica futura* (1783). No entanto, Kant não era bom em escrever popularmente e foram precisos muito mais anos antes que a *Crítica* começasse a ter o tipo de atenção que ele almejava.

ANOS DE SUCESSO ACADÊMICO

Kant nasceu pobre e permaneceu pobre, um não-assalariado, à margem da academia, até a meia-idade. Apesar disso, seus investimentos com Green e sua indicação para uma vaga de professor finalmente lhe renderam uma vida confortável, de modo que, no início dos anos de 1790, sua fama tornou-o um dos professores mais bem-pagos do sistema educacional prussiano. Durante o fim da década de 1760 e ao longo da maior parte da década de 1770, ele viveu, juntamente com muitos outros da universidade, em uma espaçosa casa com quartos, de propriedade do editor e livreiro Kanter. Em 1783, aos 59 anos, graças à influência e à ajuda de seu amigo Theodor Gottlieb von Hippel (1741-1796), prefeito de Königsberg, Kant finalmente comprou uma casa para si mesmo – uma casa ampla e confortável na Prinzessinstraße no centro da cidade, quase às sombras do castelo real que deu o nome à cidade.

Hippel, o amigo de Kant, foi um homem notável. Ele foi ativo não só politicamente, mas também intelectualmente. Era um homem esclarecido e inteligente, autor de peças excêntricas e satíricas e novelas ao estilo de Sterne. Escreveu tratados políticos defendendo a progressiva igualdade civil dos judeus e sustentou uma posição radical sobre o *status* social da mulher, advogando a reforma do casamento para assegurar sua igualdade com os homens em todas as esferas da vida. Os pontos de vista de Hippel sobre a emancipação das mulheres estavam muito à frente dos do próprio Kant, embora os rumores da época sustentassem que tivesse sido este o ponto defendido por Kant na autoria desses escritos “feministas”. Ainda que Kant nos últimos anos vivesse confortavelmente, Hippel foi manifestamente rico. Kant tinha chegado a conhecer Hippel no mesmo círculo de Funk, sendo também o estilo de vida de Hippel mais influenciado por Funk. Depois da morte de Hippel (como outros homens que advogavam à época os direitos das mulheres, como William Godwin), ele foi objeto de boatos que desaprovam seu comportamento sexual escandaloso. Kant, todavia, sempre se recusou a participar desses ataques.

Outra das notáveis amizades de Kant é ainda mais curiosa: aquela com J. G. Hamann (que também era amigo próximo de Green). Hamann foi um pensador e escritor brilhante, mas as suas idéias – como a sua personalidade – dificilmente poderiam ser mais diferentes do que as de Kant. Hamann era um excêntrico pensador religioso que combinava ceticismo filosófico com irracionalismo fideísta. Ele teve uma história de vida problemática, viveu uma vida não-convencional (por exemplo, coabitava com uma mulher com quem ele nunca se casou) e era um homem imprudente, instável e doente. Os escritos de Hamann eram concisos, imprevisivelmente eruditos, repletos de idiossincrasias, de ironias e alusões inventivas, sempre um enigmático atormentador (ou enfurecedor). Ele foi um crítico agudo do Esclarecimento, incluindo a filosofia de Kant, e o mentor do contra-esclarecimento alemão e do movimento literário *Sturm und Drang*. Isso exprime algo muito significativo e muito favorável sobre o caráter e a grandeza de ambos, sobre suas mentes, ou seja, eles eram genuinamente amigos e suas profundas diferenças de estilo e perspectiva aparentemente nunca levaram a qualquer desavença pessoal significativa.

A relação de Kant com outros amigos e conhecidos revela um retrato mais ambíguo. Durante os anos de 1760, ele foi próximo aos hábitos do servidor público Johann Konrad Jacob e, talvez, ainda mais de sua esposa Maria Charlotta.² Porém, quando ela deixou seu marido, depois do divórcio e novo casamento, e começou um relacionamento com outro conhecido de Kant, o mestre da casa da moeda Johann Julius Göschel, Kant cortou relações com a adúltera e sempre se recusou a vê-la ou a seu novo marido. No entanto, ele não era sempre tão intolerante com a indiscrição sexual. Quando seu doutorando F. V. L. Plessing³ foi pai de uma criança ilegítima em 1784, Kant tomou a responsabilidade de assumir os pagamentos necessários à jovem mulher e pode mesmo ter sido ele próprio quem proveu alguns dos pagamentos. Apesar disso, quando em 1794, a jovem Maria von Herbert enfrentou problemas e procurou o conselho do filósofo para obter consolo em um momento de angústia interior e desespero, Kant mostrou uma notável insensibilidade aos seus sentimentos, encaminhando-a à sua amiga comum Elizabeth Motherby como “*die kleine Schwärmerin*” (a pequena exaltada), citando-a como um mau exemplo do que acontece com jovens mulheres que não controlam suas fantasias. Alguns anos mais tarde, Maria cometeu suicídio.

Alunos que Kant considerava terem se desviado do caminho correto foram algumas vezes tratados de forma grosseira. Quando o seu ex-aluno J. G. Herder criticou Kant nos primeiros dois volumes de suas *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (Idéias para a filosofia da história da humanidade, 1785-1787), Kant escreveu algumas resenhas condescendentes sobre a obra de Herder e então tentou passar a dúbia tarefa de criticá-lo a outro de seus muito hábeis alunos, Christian Jacob Kraus (o

qual foi o maior expoente das teorias econômicas de Adam Smith na Alemanha). Quando Kraus se recusou a concordar com os desejos de Kant, eles brigaram e sua antiga amizade muito próxima chegou ao fim. Kant ajudou o jovem J. G. Fichte a começar a sua carreira filosófica, auxiliando-o na publicação de seu primeiro livro, intitulado *Versuch einer Kritik aller Offenbarung* (Ensaio de crítica a toda a revelação, 1792). No entanto, em 1799, talvez sob a invejosa influência de alguns de seus alunos, Kant denunciou Fichte publicamente, repudiando-o como um seguidor da filosofia crítica e citando o provérbio italiano: “Livre-me Deus dos amigos que dos inimigos me livro eu” (AA 12:371).

A CASA DE KANT NA PRINZESSINSTRASSE

O primeiro andar da casa de Kant continha uma sala de entrada na qual ele ministrava suas preleções e a cozinha onde a comida era preparada por uma cozinheira (ele podia agora finalmente pagar o salário). No segundo andar, ficavam uma sala de estar, uma sala de jantar e o escritório de Kant (onde ele, segundo o que se conta, pendurou sobre a sua escrivaninha a única decoração que permitiu na casa – um retrato de Rousseau). O quarto de Kant ficava no terceiro andar. Durante muitos anos, ele teve um camareiro, Lampe, que era aparentemente dado à bebida e que foi dispensado por Kant no final dos anos de 1790 quando, segundo o que se conta, atacou seu frágil e idoso patrão durante uma briga.

No segundo andar (o da sala de jantar), Kant desfrutava sua única refeição verdadeira do dia, um almoço no qual ele recebia vários convivas. Königsberg era um porto e, apesar de Kant nunca ter se aventurado a ir muito longe dela, teve a oportunidade de conhecer pessoalmente vários dos distintos estrangeiros que passaram por lá. Na época desses banquetes (logo no início da tarde), Kant já tinha completado sua obra acadêmica mais importante. Ele se levantava regularmente às cinco da manhã, tomando como café-da-manhã apenas uma xícara de chá e fumando um cachimbo. Então se preparava para suas preleções, as quais ministrava cinco ou seis dias por semana, começando às sete ou oito horas da manhã. Depois disso, ia para o seu escritório e escrevia até a hora do almoço. Após a partida de seus convivas, Kant freqüentemente dormia um pouco em uma cadeira de descanso na sua sala de estar (algumas vezes algum amigo, como Green, dormia também em uma cadeira próxima a ele). Às cinco da tarde, o filósofo fazia a sua caminhada habitual, cujo horário, segundo a famosa lenda, era tão preciso e invariante que as donas de casa de Königsberg podiam acertar seus relógios pelo minuto no qual o Professor Kant passava por suas janelas. Apesar da regularidade da agenda de Kant,

é provável que as queixas sobre sua saúde e especialmente sua dieta (ele comia muitas cenouras e bebia vinho diariamente, mas nunca cerveja) tenham resultado menos de uma personalidade compulsiva do que das necessidades de um homem idoso, que nunca esteve no melhor estado de saúde para se manter forte o suficiente a fim de completar seu trabalho filosófico, o qual ele não foi adequadamente hábil para começar antes de ter chegado à meia-idade. Os finais de tarde de Kant eram despendidos socialmente, fosse na casa de Green, fosse na de Hippel, fosse na companhia do conde e da condessa Keyserling.

ESCLARECIMENTO E FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Em meados de 1780, Kant deixou em pequenos escritos ocasionais os fundamentos para grande parte da filosofia da história do século XIX. Em um grau significativo, o pensamento de Kant sobre a história foi induzido por sua leitura das *Idéias*, de Herder, que considerava a si mesmo como um crítico do Esclarecimento racionalista defendido por Kant. As contribuições de Kant para a filosofia da história foram, em parte, uma tentativa de defender a causa do Esclarecimento nesse debate. Em 1786, ele acrescentou a essas resenhas um ensaio satírico denominado *Conjecturas sobre o início da história humana*, parodiando o uso que Herder fez do Gênesis no Livro 10 de suas *Idéias* para fundamentar sua teoria antiiluminista da história humana. Contudo, as *Conjecturas* também estabelecem alguns pontos importantes sobre o uso das conjecturas imaginativas para projetar tais teorias e sobre o papel da razão e do conflito no desenvolvimento progressivo e histórico das faculdades humanas.

Outro pequeno ensaio importante mostra que a concepção histórica da filosofia de Kant foi dada pelas observações publicadas sobre o clero conservador, que dispensaram o apelo por maior esclarecimento em questões de religião e de política, com o comentário de que ninguém ainda tinha sido capaz de dizer o que expressaria o termo “esclarecimento”. A resposta de Kant foi o pequeno ensaio *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* (1784). Kant recusa-se a identificar *esclarecimento* com o mero aprendizado ou a aquisição de conhecimento (que ele acredita ser, no melhor dos casos, uma conseqüência daquilo a que o termo genuinamente se refere). Em vez disso, Kant vê o esclarecimento como ato de abandono de uma condição de imaturidade, na qual a inteligência da pessoa tem de ser guiada por um outro. Muitas pessoas que são capazes de guiar o próprio entendimento, ou que poderiam ser capazes se tentassem, no entanto preferem deixar outros guiá-las, seja porque é fácil e conveniente viver de acordo com um sistema estabelecido de valores e crenças, seja porque es-

tão ansiosas a respeito das incertezas que trarão para si mesmas se começarem a questionar as crenças recebidas, seja porque são temerosas em tomar a responsabilidade de governar a própria vida. Ser esclarecido é, portanto, ter a coragem e a resolução de ser independente no seu próprio pensar, *de pensar por si mesmo*.

Kant também enfatiza que o esclarecimento deve ser visto como um processo histórico e social. Durante todo o passado humano, a maior parte das pessoas foi habituada a ter seus pensamentos dirigidos por outros (por governantes paternalistas, pela autoridade de velhos livros, acima de tudo pela mais degradante de todas as formas, sob o ponto de vista de Kant, a saber, pelos sacerdotes de religiões autoritárias, os quais usurpam o papel da consciência individual). Tornar-se esclarecido é virtualmente impossível para um indivíduo isolado, mas torna-se possível quando a prática de pensar criticamente torna-se prevalente em um povo no qual reina um espírito livre e uma comunicação aberta entre seus membros. As propostas de Kant concernentes à liberdade de comunicação em *O que é esclarecimento?* são baseadas não em algum alegado direito individual de livre expressão, mas são inteiramente conseqüencialistas em seus fundamentos e talhadas para o seu tempo e lugar, designadas para encorajar o incremento de um público esclarecido sob as circunstâncias históricas nas quais ele se encontrava.

Uma calúnia injusta dirigida com freqüência contra o Esclarecimento é a de que este era um movimento destituído de uma compreensão da história ou de um conhecimento do contexto histórico e do esforço das ações humanas. A acusação é perniciosamente falsa, sobretudo quando dirigida a Kant. O que isso representa, muitas vezes, é uma enganosa apresentação de uma perspectiva diferente da história do Esclarecimento ou, em vez disso, uma tentativa ainda mais rota adotada por pensadores do século XIX de fazer passar por suas as realizações do Esclarecimento no pensamento histórico, ou as duas ao mesmo tempo. A *Crítica da razão pura* (mesmo seu título) reflete uma concepção histórica da tarefa de Kant. Kant vê a “crítica” como um tribunal metafórico perante o qual as pretensões tradicionais da metafísica são trazidas para testar a sua validade. Sua metáfora é retirada da idéia política do Esclarecimento, qual seja, a de que as pretensões tradicionais dos monarcas e das autoridades religiosas deveriam ser trazidas às barras da razão e da natureza, pois, doravante, a legitimidade de ambas deveria basear-se somente no que a razão livremente reconhece. A filosofia de Kant é conscientemente criada para uma era do esclarecimento na qual os indivíduos estão começando a pensar por si mesmos e todas as matérias de interesse comum devem ser decididas por um público esclarecido, através da livre comunicação de pensamentos e argumentos.

Por quase 20 anos, Kant tentou desenvolver um sistema de filosofia moral sob o título “metafísica dos costumes”. Não foi acidente, provavel-

mente, que ele tenha começado a cumprir essa intenção somente depois de ter sido provocado a pensar sobre a história humana e a situação desagradável na qual o progresso natural da espécie humana coloca seus membros individuais. A *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) é uma das obras clássicas na história da ética e (como o seu título indica) propõe estabelecer os fundamentos para o sistema ético de Kant. Não obstante, ele nunca pretendeu fazer mais do que fornecer o princípio fundamental do sistema. As aplicações do princípio moral são discutidas somente por meio de alguns exemplos selecionados e não nos fornecem uma teoria sistemática dos deveres. Durante a década seguinte, Kant continuou a refletir sobre os fundamentos da ética e sobre a aplicação de seus princípios éticos à moralidade e à política. No entanto, ele apresentou algo que se assemelhe a um sistema ético apenas bem ao final de sua carreira, na *Metafísica dos costumes* (1797-1798).^{*} O pensamento ético de Kant, e mesmo o que é dito na própria *Fundamentação*, é freqüentemente mal compreendido porque essas últimas obras não são tomadas em consideração na leitura.

Em 1786, a filosofia de Kant ganhou proeminência pela discussão favorável apresentada em uma série de artigos na amplamente lida publicação de Christoph Wieland, *Teutsche Merkur* (chamada “Cartas sobre a filosofia kantiana”), pelo filósofo Karl Leonard Reinhold, natural de Jena. A apresentação de Kant feita por Reinhold realizou repentinamente o que a própria obra de Kant havia falhado em fazer, ou seja, tornar as teorias da *Crítica* o foco principal da discussão filosófica na Alemanha. Logo, a filosofia crítica passou a ser vista como um novo e revolucionário ponto de vista: a maior questão filosófica a ser resolvida era se se poderia adotar a posição kantiana e, se isso fosse feito, qual versão ou interpretação deveria ser adotada. Logo também surgiu uma nova espécie de crítico da filosofia kantiana, um irrevogável filósofo “pós-kantiano”, cujo criticismo foi motivado por supostas obscuridades e tensões da própria filosofia de Kant. Esses críticos souberam absorver as lições da filosofia kantiana e também “ir além” dela.

Por essa razão e por causa da má compreensão – como Kant descobriu – a que estava sujeita a sua filosofia, ele decidiu produzir uma segunda edição da *Crítica*, na qual poderia apresentar sua posição mais claramente. No início, ele pensou que poderia acrescentar uma seção, a *razão prática* (ou moral), que seguiria de perto seu tratamento dela na *Funda-*

^{*} N. de T. A expressão *Metaphysics of Morals* foi traduzida como *Metafísica dos costumes*, quando se refere ao título da obra já consagrado em português, e como *metafísica da moral* nos demais casos. De modo geral, e na medida do possível, a tradução manteve a terminologia kantiana em uso na língua portuguesa.

mentação (e também respondendo a discussões críticas que haviam surgido a esse respeito). Em 1787, uma versão nova e melhorada da *Crítica da razão pura* apareceu, período no qual Kant também tinha decidido que sua discussão da razão prática seria muito longa para ser adicionada ao que já era verdadeiramente um livro extenso. Assim, ele decidiu publicá-lo separadamente como uma segunda “crítica”.

Em um curto espaço de tempo, Kant já estava trabalhando em um terceiro projeto que tomaria um título paralelo. Ele concebeu a filosofia como um sistema arquitetônico, mas nunca fez parte de seu projeto sistemático escrever três “críticas”. A *Crítica da razão prática* surgiu oportunisticamente do seu desejo de responder aos críticos da *Fundamentação* e também de sua decisão de revisar a *Crítica da razão pura*. Como dito antes, ele tentou originalmente incluir uma “crítica da razão prática” em sua segunda edição da *KrV*, mas escreveu um livro à parte quando viu que o tamanho dessa nova seção estava ficando fora de controle. Os motivos de Kant para escrever a *Crítica da faculdade do juízo* foram complexos e um pouco inescrutáveis, como o é a própria obra. Ele estava pensando, já por um longo período de tempo, sobre o tópico do gosto e do juízo do gosto e queria chegar a um termo com relação à tradição moderna de pensamento sobre esses assuntos, encontrado em filósofos como Hutcheson, Baumgarten, Hume e Mendelssohn. Juízos de gosto, tal como algo é bonito ou feio, têm a peculiaridade de, por um lado, não designar uma propriedade objetiva, mas referir-se meramente ao próprio prazer ou desprazer no sujeito, e, por outro lado, eles pretendem uma espécie de quase-objetividade, como se houvesse alguma coisa que *devesse* agradar ou desagradar a todos. Kant não estava satisfeito com a tentativa de Baumgarten de analisar a beleza como perfeição experimentada pelos sentidos e não pelo intelecto nem com o ponto de vista de Hume de que o gosto fosse meramente um prazer ou desprazer em um objeto considerado em relação a certas condições normativas de experiência do mesmo, tal como o desinteresse. Ele queria compreender como o funcionamento de nossas próprias faculdades cognitivas, especialmente a harmonia entre a imaginação sensível e o entendimento requerido para todas as cognições, poderiam desempenhar um papel na geração de uma experiência que era ao mesmo tempo subjetiva e normativa para todos. No entanto, resolver esse problema está longe de ser toda a motivação subjacente à terceira *Crítica*.

Os dois maiores temas tratadas nessa obra – a experiência estética e a teleologia natural – foram preocupações de críticos do Esclarecimento, como Herder. Kant também necessitava clarear e explicar seu próprio pensamento sobre o *status* do pensamento teleológico em relação à ciência natural, uma matéria que o engajara antes em ensaios sobre a teologia natural e a filosofia da história. Contudo, se quisermos levá-lo a sério nessa obra, o maior motivo para escrever a *Crítica da faculdade do juízo* foi tratar do

“abismo imenso” que ele percebeu entre o uso teórico da razão no conhecimento do mundo natural e o seu uso prático na moralidade e na fé moral em Deus. Permanece até os dias atuais como matéria controversa saber como Kant esperava atravessar esse abismo na terceira crítica e o quanto ele teve sucesso nessa empreitada. No entanto, a *Crítica da faculdade do juízo* revela Kant, agora no fim da década de seus 60 anos, um filósofo que ainda está disposto a questionar e mesmo a revisar os princípios fundamentais do seu sistema. Sem contar que para seus seguidores idealistas – Fiche, Schelling e Hegel – foi a *Crítica da faculdade do juízo* que lhes pareceu mostrar Kant como estamos aberto a uma espécie de filosofia especulativa radical na qual eles estavam interessados.

UMA DÉCADA DE LUTA E DECLÍNIO

A década final da atividade de Kant como filósofo foi cercada de conflitos, e bem antes do fim desse período a sua saúde e inclusive as suas faculdades mentais já estavam em acentuado declínio. À medida que a filosofia crítica tornava-se cada vez mais proeminente na vida intelectual alemã e à medida que se tornou interpretada de modo variado por diferentes proponentes que viriam a ser seus reformuladores, Kant passou a defender as suas posições em diferentes frentes contra os ataques dos wolffianos, como J. A. Eberhard, dos lockeanos, como J. G. Feder e C. G. Selle, dos racionalistas iluministas populares, como Christian Garve, dos fideístas religiosos, como Thomas Wizenmann e F. H. Jacobi, ou contra uma nova espécie de filósofos especulativos “kantianos”, como o brilhante, mas difícil, Salomon Maimon. As obras publicadas mais populares, durante os anos de 1790, foram devotadas à aplicação da filosofia crítica a matérias de interesse humano geral, especialmente na esfera prática: à religião, à filosofia política e ao acabamento de um sistema ético que ele havia chamado durante 30 anos de “metafísica dos costumes”.

Kant também entrou em conflito com as autoridades políticas sobre suas posições acerca da religião. Do início de sua carreira acadêmica até 1786, o monarca da Prússia foi Frederico, o Grande. Frederico pode ter sido um déspota militar, mas suas posições em matéria de religião favoreceram a tolerância e o liberalismo teológico. Muitos o consideraram, privadamente, um “livre-pensador” ou mesmo um completo ateu. A morte de Frederico em 1786 levou ao trono uma espécie de monarca muito diferente, o seu sobrinho Frederico Wilhelm II, para quem a religião era uma matéria muito importante. O novo rei estava chocado, desde longa data, com a ampla gama de não-ortodoxia, ceticismo e descrença que tinha sido permitida crescer no Estado prussiano durante o reinado de seu tio e inclu-

sive na igreja luterana. Dois anos depois de ter chegado ao poder, ele exonerou Baron von Zedlitz (o homem a quem Kant havia dedicado a *Crítica da razão pura*) do cargo de ministro da educação, substituindo-o por J. C. Wöllner (a quem Frederico, o Grande, tinha descrito como “um clérigo conspirador fraudulento”). Ambos, o rei e seu novo ministro, acreditavam que a estabilidade do Estado dependia diretamente das crenças religiosas corretas entre os sujeitos e que, portanto, aqueles que questionavam a ortodoxia cristã estavam ameaçando diretamente os fundamentos da paz civil. Para eles, o ataque de Kant às provas objetivas da existência de Deus e a sua negação de que o conhecimento pudesse levar à fé pareciam perigosamente subversivos. Os seus princípios iluministas de que todos os indivíduos têm não somente um direito, mas até mesmo um dever de pensar por si próprios em termos de questões religiosas e de que o Estado deveria encorajar esse pensamento livre, protegendo uma arena “pública” de discussão de toda interferência estatal, pareciam ao novo rei e a seus seguidores ortodoxos a receita para a anarquia civil.

Wöllner logo emitiu dois “éditos religiosos”, cuja intenção era reverter os efeitos do pensamento esclarecido sobre a igreja e sobre as universidades, submetendo o clero e os acadêmicos a testes de ortodoxia religiosa concernente ao que publicavam e ao que eles ensinavam do púlpito ou da estante de leitura. Os éditos colocavam muitos pastores liberais na posição de escolher entre perder seu salário e ensinar o que pensavam ser um conjunto de superstições antiquadas. Também foram tomadas medidas contra alguns acadêmicos (sobretudo especialistas na Bíblia), os quais foram forçados ou a abjurar o que haviam dito em seus escritos (o que frequentemente os descreditava frente a seus colegas), ou a perder seus cargos nas universidades (e, com isso, a oportunidade de ensinar seus próprios pontos de vista). Escritos sobre tópicos religiosos também deveriam ser submetidos a um quadro de censores, os quais tinham de aprovar, antes da publicação, a ortodoxia do que ensinavam.

Por volta de 1791, Kant soube de seu ex-aluno J. G. Kiesewetter, que era tutor real em Berlim, que havia sido tomada a decisão de proibi-lo de escrever qualquer tópico a mais sobre matéria religiosa. Contudo, por essa época, a proeminência de Kant era tamanha que isso não seria uma atitude fácil ou uma ação confortável de se tomar pelos ministros reacionários. Kant tinha pensado em escrever um livro sobre religião e não deixou que nenhuma dessas ameaças o dissuadissem. No entanto, ele desejava evitar confronto com as autoridades, tanto para se proteger quanto para respeitar os fundamentos morais dos quais era convicto.

Kant estava longe de ser um político radical em matérias como essa. Os seus pensamentos políticos são fortemente influenciados pela posição hobbesiana de que o Estado é necessário para proteger os indivíduos e as instituições básicas da sociedade contra as tendências humanas ao desres-

peito violento dos direitos e que, com vistas à preservação da ordem civil, o Estado deve ter considerável poder para regular a vida dos indivíduos. O ensaio *O que é esclarecimento?* ensina que é inteiramente legítimo para a liberdade de comunicação haver regulamentação em questões que são “privadas”, em se tratando de responsabilidades profissionais das pessoas. Esse princípio deveria ser usado para justificar as verdadeiras ações que haviam sido tomadas pelo governante da Prússia contra pastores e até mesmo professores, à medida que seus ensinamentos não-ortodoxos tinham sido expressos no curso do exercício de seus deveres acadêmicos ou clericais. Ele, naturalmente, deplorou os éditos de Wöllner e via a sua aplicação ao clero como tendo apenas o efeito de fazer da hipocrisia uma qualificação necessária para o trabalho eclesiástico. Porém, não é absolutamente claro se ele julgava essas medidas como algo pior do que abusos imprudentes desastrosos dos legítimos poderes do Estado. Kant acreditava que era moralmente errado desobedecer mesmo a uma ordem injusta de uma autoridade legítima, a menos que fôssemos ordenados a fazer algo que seria em si errado. Mesmo antes que alguma medida tivesse sido adotada contra ele, Kant havia tomado a decisão de aquiescer a qualquer comando que lhe fosse dado. Isso fica absolutamente claro na primeira apresentação extensa da sua filosofia do Estado na segunda parte do ensaio tripartite que escreveu sobre o dito comum: “Isto pode ser correto na teoria, mas não serve na prática”. Nesse texto, ele defende (contra Hobbes) que os indivíduos tenham alguns direitos contra o Estado que seriam vinculantes para o governante, mas não exequíveis contra o dirigente do Estado. Isso significa que não há direito de insurreição e que até mesmo uma ordem injusta de uma autoridade legítima tem de ser obedecida (desde que o comando não ordene ao indivíduo fazer algo em si errado ou mau). A aplicação desse último princípio à própria situação de Kant é óbvia: ele havia decidido que, quando a autoridade prussiana lhe ordenasse cessar de escrever ou ensinar em matéria religiosa, então obedeceria.

Apesar disso, é evidente que Kant não tinha a intenção de se antecipar a tal comando ou de fazer algo simplesmente para agradar às autoridades que ele julgava não-esclarecidas, insensatas e injustas. Estava determinado a fazer uso de todos os meios legais à sua disposição para frustrar tais intenções. Em 1792, quando apresentou à *Berlinische Monatschrift* para publicação seu ensaio sobre o mal radical (que mais tarde se tornou a primeira parte de *A religião nos limites da simples razão*), ele insistiu na sua submissão à censura. Quando o ensaio foi rejeitado, submeteu toda *A religião* ao corpo docente da faculdade de filosofia de Jena, o que legalmente era uma alternativa à censura oficial do Estado. Uma primeira edição apareceu em 1793 e uma segunda (ampliada) em 1794. A evasiva de Kant irritou os censores de Berlim, o que os levou a finalmente tomar contra ele as medidas que vinham planejando. Em outubro, Wöllner enviou a Kant

uma carta expressando, em nome do rei, o desgosto real com os seus escritos sobre religião, nos quais “você faz mau uso de sua filosofia para distorcer e desacreditar muitos dos ensinamentos básicos e cardeais das santas escrituras e da cristandade” (AA 7:6). Ele lhe ordenou que não escrevesse ou ensinasse sobre religião até que estivesse apto a conformar suas opiniões à doutrina da ortodoxia cristã. Em sua resposta, Kant defendeu suas opiniões e a legitimidade dos seus escritos sobre religião, mas prometeu solenemente ao rei que obedeceria ao comando real (AA 7:7-10).

Mesmo o título de *A religião* foi cuidadosamente forjado por Kant, tendo em vista o que julgava ser a situação legal do momento. Ele considerava a teologia revelada (baseada na autoridade da igreja e das escrituras) como uma província “privada” daqueles cuja profissão obrigam-nos a aceitar tal autoridade. Porém, quando um autor escreve sobre religião independentemente do apelo a tais autoridades, baseando suas asserções somente na razão, sem que seja ajudada por qualquer apelo à revelação, está escrevendo para a esfera “pública”. De fato, *A religião* é a tentativa de proporcionar uma interpretação, em termos de moralidade racional, das partes centrais da mensagem cristã – o pecado original, a salvação através da fé em Cristo, a vocação da igreja. O principal objetivo é convencer os cristãos de que suas próprias crenças e experiências religiosas são veículos inteiramente adequados para expressar a vida moral, como um filósofo iluminista racionalista a entende. Sem dúvida, as interpretações racionalistas de Kant foram (e ainda são) aptas a parecer abstratas e esmaecidas a muitos cristãos. Não há espaço na teoria kantiana da salvação para uma reconciliação vicária feita pela pessoa histórica de Jesus Cristo. Sua fé religiosa racional não tem espaço para milagres e desaprova práticas religiosas como preces de pedidos. Kant considera os ritos religiosos como “pseudo-serviço supersticioso a Deus”, quando são apresentados como necessários para a correção moral ou para a justificação do pecador frente a Deus. Ele ataca diretamente o *Pfaffentum* (“poder sacerdotal” ou “clericalismo”) de um clero profissional, com a visão no dia em que a degradante distinção entre clero e laicato desaparecerá, dando lugar a uma igreja mais esclarecida do que agora existe. (Como eu já mencionei, a própria conduta de Kant refletiu seus princípios. Ele se recusou, por princípio, a participar de liturgias religiosas. Mesmo quando sua posição cerimonial como reitor da Universidade de Königsberg requeria que desempenhasse funções religiosas, ele sempre declinou, dizendo que estava “indisposto”).

A religião tem muito a dizer aos estudantes da teoria ética de Kant, tanto sobre sua psicologia moral quanto sobre a aplicação dos princípios morais à vida humana. O ensaio sobre o mal radical torna claro que, para Kant, o mal moral não consiste meramente em determinações da vontade por causas naturais (como pode algumas vezes parecer a partir do que é dito na *Fundamentação* ou mesmo na segunda *Crítica*). Em vez disso, o

ensaio sobre o mal radical insiste em que todas as escolhas morais consistem na adoção de uma máxima (boa ou má) por um poder livre de escolha, transcendendo, assim, a causalidade natural que ele toma como incompatível com a liberdade. Isso também é coerente com a filosofia kantiana da história que apresenta as condições sociais e a propensão natural à competitividade que ela desperta como o fundamento de todo o mal moral. A terceira parte de *A religião* defende que, sendo a fonte do mal social, o progresso moral dos indivíduos não pode advir de seu esforço individual para a pureza interior da vontade, mas pode resultar somente de sua livre união na adoção de fins comuns. O “reino dos fins” ideal recebe, portanto, realidade terrena na forma de um “povo de Deus” sob leis morais, que se unem *livremente* (não na forma de um Estado coercitivo) e *universalmente* (não como uma organização eclesiástica limitada por credos e tradições bíblicas). A essência da religião consiste, para Kant, no reconhecimento dos deveres de uma moralidade racional como sendo comandados por Deus e no fato de se unir a outros para promover coletivamente o sumo bem no mundo. É nessa forma livre de associação religiosa, e não no Estado político coercitivo, que Kant coloca, em última análise, suas esperanças de uma melhoria moral da espécie humana na história. Para ele, o papel do Estado na história não é proporcionar à espécie humana seus objetivos finais, mas, antes, propiciar as condições de liberdade e justiça externas nas quais as faculdades morais dos seres humanos possam desenvolver-se e em cujas formas livres (de religião) de associação possam florescer em paz.

Kant foi proibido pelas autoridades de escrever sobre tópicos de religião, mas ele não tinha a intenção de se manter em silêncio sobre outras questões de interesse humano geral, mesmo quando seus pontos de vista pareciam ser impopulares ao governo. Em março de 1795, um período de guerra entre a república francesa revolucionária e a primeira coalizão dos Estados monárquicos estava próxima de chegar à paz de Basel, entre a França e a Prússia. O ensaio *À paz perpétua*, de Kant, deveria ser lido como uma expressão de apoio não só a esse tratado, mas também diretamente à própria primeira república francesa, já que ele declara que a constituição de todo Estado deveria ser republicana e ainda conjectura que a paz entre as nações poderia ser promovida se uma nação esclarecida transformasse a si mesma em uma república e, então, através de tratados se tornasse um ponto focal para uma união federal entre outros Estados. Kant começa com quatro “artigos preliminares” cunhados para promover a paz entre nações através de suas próprias condutas, sob a condição presente de guerra incipiente e da conduta diplomática envolvida. O ensaio, então, propõe três “artigos definitivos”, definindo as relações entre Estados que levarão a uma condição de paz que não seja mera interrupção provisória e temporária de uma condição perpétua de guerra, mas constitua uma condição “eterna” ou permanente de paz internacional. Isso é seguido por três “suple-

mentos” que esboçam as pressuposições filosóficas mais amplas (históricas e éticas) da teoria de Kant e um apêndice no qual ele discute a maneira como políticos ou legisladores têm de conduzir os assuntos do Estado se desejam estar em conformidade com os princípios racionais de moralidade.

À paz perpétua é a principal declaração escrita por uma figura maior da história da filosofia que trata da questão da guerra, da paz e das relações internacionais que foram preocupações centrais da humanidade durante dois séculos desde que foi escrito. Kant retirou inspiração para ele do *Projeto para tornar a paz perpétua na Europa*, de Abbé de Saint-Pierre (1712), e dos comentários sobre o mesmo feito por Jean-Jacques Rousseau (1761). Porém, seus objetivos em *À paz perpétua* são muito mais ambiciosos na medida em que seu escopo não está limitado às nações cristãs da Europa, mas motivado por princípios morais universais. Seu objetivo não é meramente prevenir a destruição e a carnificina da guerra, mas sobretudo efetuar a paz com justiça entre as nações, como um passo necessário em direção ao desenvolvimento progressivo das faculdades humanas na história, de acordo com a filosofia da história que ele projetou por uma década inteira. *À paz perpétua* é, talvez, a tentativa mais genuína de Kant de tratar uma questão de interesse público universal do Iluminismo, importante não só para cientistas e filósofos, mas vital para toda a humanidade.

A história do conflito de Kant com as autoridades prussianas – e por um tempo sua submissão a elas – teve inesperadamente um final feliz. Friedrich Wilhelm II, um exemplar típico de legislador de todas as épocas que exhibe a ortodoxia religiosa como central às suas concepções de vida pública, permitiu-se um estilo de vida privada que era moralmente não-convencional e o contrário de prudente, moderada ou sadia. Quando ele morreu repentinamente em 1797, Kant escolheu (em um espírito mais astuto do que submisso) interpretar sua promessa anterior de se abster de escrever sobre religião como um compromisso pessoal com aquele monarca específico, avaliando a morte deste como algo que o liberava de tal obrigação. Os censores reais, que sempre foram vistos pela hierarquia da igreja luterana como fanáticos ignorantes, provavelmente nunca tiveram, de qualquer maneira, o poder de tornar suas proibições efetivas contra Kant e certamente o perderam, uma vez estando o rei morto. Em *Conflito das faculdades* (1798), Kant apresentou seu pensamento final sobre tópicos religiosos, construindo sua discussão em termos de uma teoria da liberdade acadêmica em um Estado que defendia tal curso de ação na publicação de *A religião* muitos anos antes (o ato que havia provocado a reprovação real). O perseguidor de Kant, Wöllner, que acedera à nobilidade a partir de um fundamento humilde à base de sua devoção à causa do conservadorismo religioso, já havia sido tratado com manifesta ingratidão pelo volúvel rei, cujos preconceitos religiosos ele tinha dado do seu melhor para servir. Logo depois da morte de Friedrich Wilhelm II, ele perdeu qual-

quer influência que possa ter tido sobre a educação prussiana ou as políticas eclesiásticas e, finalmente, morreu na pobreza.

IDADE AVANÇADA E MORTE

Kant aposentou-se da universidade em 1796. Ele então se dedicou a três tarefas principais. A primeira foi completar seu sistema de ética, *A metafísica dos costumes*, que consiste de uma Doutrina do Direito (cobrindo a filosofia do Direito e do Estado) e uma Doutrina da Virtude (tratando do sistema dos deveres éticos dos indivíduos). A primeira parte foi publicada em 1797 e toda ela em 1798. A segunda tarefa de Kant foi a publicação dos materiais das preleções que ele deu durante muitos anos. Ele próprio publicou um texto baseado em suas preleções populares sobre antropologia em 1798. O declínio de suas faculdades levaram-no a consignar a outros a tarefa de publicar suas preleções sobre lógica, pedagogia e geografia física que apareceram durante a sua vida.

O terceiro projeto de Kant depois de sua aposentadoria é o mais extraordinário. Ele planejou escrever um novo livro centrado na transição entre a filosofia transcendental e a ciência empírica. Nessa obra, Kant estava respondendo criativamente aos recentes desenvolvimentos da própria ciência (tal como a revolução na química iniciada pelas investigações de Lavoisier sobre a combustão) e ao trabalho de jovens filósofos que tiraram sua inspiração da própria filosofia kantiana (como a “filosofia da natureza”, de F. W. J. Schelling, que ainda tinha 20 anos). O enfraquecimento dos poderes de Kant impediu-o de completar essa obra; porém, a partir dos fragmentos que ele produziu (que foram primeiramente publicados no início do século XX sob o título *Opus Postumum*), podemos perceber que, mesmo aos 70 anos, Kant ainda tomou uma atitude crítica em relação a qualquer questão filosófica e sobretudo em relação a seus próprios pensamentos. Mesmo lutando contra o enfraquecimento de seus poderes intelectuais, ele ainda se esforçava para revisar de maneira fundamental seu sistema de filosofia crítica, cuja construção tinha sido o labor de toda a sua vida. Dessa maneira, a geração seguinte de filósofos alemães, que viram como sua tarefa “ir além de Kant”, estavam pensando mais fundamentalmente em termos do próprio espírito de Kant do que fizeram as gerações de devotados kantianos posteriores, que quiseram sempre e de novo “voltar a Kant” e que incansavelmente buscaram defender a letra dos textos kantianos contra as tentativas de seus primeiros seguidores de ampliar e corrigir sua filosofia. Kant morreu em 12 de fevereiro de 1804, um mês e meio antes de completar 80 anos.

NOTAS

1. Por exemplo, ver Hans Gawlick e Lothar Kriemendahl, *Hume in der deutschen Aufklärung: Umrisse der Rezeptionsgeschichte* (Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1987).
2. Em uma das cartas de Maria Charlotta a Kant ainda existente lê-se: “Eu planejo ir ao seu clube amanhã à noite. ‘Sim, eu estarei lá’, eu ouvi você dizer. Ótimo, então, eu esperarei você, e não é só o meu relógio que estará com a corda toda” (AA 10:39). Muito se fala a respeito dessa última figura de linguagem pelos poucos especialistas de Kant que claramente querem entreter-se com a esperança desesperada de que ele, apesar de tudo, não tenha sido um celibatário por toda a vida.
3. O perturbado e romântico Plessing foi também próximo a Goethe e é o objeto do seu poema “Harzreise im Winter”, que mais tarde resultou no texto *Alto Rhapsody*, de Brahms, op. 53.

LEITURAS COMPLEMENTARES

Lewis White Beck, *Early German Philosophy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969.

_____, *Mr. Boswell Dines with Professor Kant*. Bristol, England: Thoemmes Press, 1995.

Frederick Beiser, *The Fate of Reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

Ernst Cassirer, *Kant's Life and Thought*, tr. James Haden. New Haven: Yale University Press, 1981.

Eckart Förster, *Kant's Final Synthesis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

Manfred Kuehn, *Kant: A Biography*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2001.

Paul Guyer (ed.), *The Cambridge Companion to Kant*. New York: Cambridge University Press, 1992.